

A AGENDA 21 COMO EXEMPLO DE POLÍTICA PARTICIPATIVA: ESTUDO DE CASO AGENDA 21 COMPERJ

THE AGENDA 21 AS AN EXAMPLE OF PARTICIPATIVE POLICY: AGENDA 21 COMPERJ CASE STUDY

Luciano De Paula da Silveira
lucianojlca001@gmail.com

Rafael Lopes Ferreira

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal contribuir para a fundamentação teórica e empírica da importância da Agenda 21 Local como ferramenta de gestão pública que valoriza a participação de todos os atores da sociedade de forma democrática. Enfatiza-se o conceitual da própria Agenda 21, o desenvolvimento sustentável, planejamento estratégico e o planejamento participativo no que diz respeito às maneiras de participação da sociedade na governança municipal. Discute-se também a necessidade de uma transformação dos atuais padrões de participação da sociedade nos processos decisórios da administração pública e práticas habituais da gestão, no sentido de ampliar o envolvimento dos atores societários nos processos de formulação e implementação de políticas públicas e ambientais. Defende-se as estratégias cooperativas capazes de mobilizar todas as competências e todo conhecimento em favor de uma modernização consciente. O artigo analisa informações da Agenda 21 COMPERJ, no Estado do Rio de Janeiro. O artigo termina com a comparação dos dados levantados no caso concreto analisado com os conceitos e orientações a serem seguidos quando da implementação do processo da Agenda 21.

Palavras-chave: Agenda 21, COMPERJ, Desenvolvimento sustentável, Economia;

ABSTRACT

The following paper aims to contribute to the Agenda 21 theoretical and empirical foundation as a public administration management tool that value the democratic participation of society. The concept of Agenda 21 is emphasized, as well as sustainable development, and strategic and participative planning regarding how society can participate of county governance. The paper also discuss the need of a change in the current standards of society participation in public administration decisions and common management protocols in order to increase such participation when formulating and implementing public administration and environmental policies. The authors defend cooperative strategies that can mobilize all competences and knowledge in favor of a conscious modernization. It also analyses Agenda 21 COMPERJ information, in Rio de Janeiro state. At the end, it compares the data obtained with the case study towards the concepts and guidance to be followed when implementing the Agenda 21 process.

Keywords: Agenda 21, COMPERJ, Sustainable development, Economics.

INTRODUÇÃO

No atual período de transição paradigmática, o antigo conhecimento é um guia fraco que precisa ser substituído. Precisamos de uma ciência da turbulência, sensível às novas exigências intelectuais e políticas de utopias mais eficazes e realistas do que às vivenciadas em um passado recente (SANTOS, 2002).

Atualmente um número cada vez maior de Municípios vem se preocupando com a sustentabilidade local, buscando ferramentas que possibilitem seu desenvolvimento econômico, social e ambiental sobre a luz do desenvolvimento sustentável. Esta preocupação se mostra mais intensa nas áreas urbanas, uma vez que a urbanização acaba alterando todos os aspectos dos ambientes naturais, inclusive o relevo, o uso do solo, a vegetação, a fauna, a hidrologia e o clima (DREW, 1983).

Podemos citar como exemplo, as constantes inundações ocorridas em alguns Municípios, em virtude da impermeabilização do solo, decorrente da ocupação desordenada e da ausência de planejamento urbano e ambiental adequado. Diante de tais fatos, o planejamento urbano e ambiental precisa, além da sua função de estruturação da cidade em favor de suas atividades habituais de atendimento às questões relativas à habitação, trabalho, transporte e lazer, incluir a preocupação com a capacidade de sustentação do ambiente natural sobre o qual a cidade se desenvolve (GARCIAS, 1992).

É importante dizer que a reformulação ou criação dos instrumentos de planejamento se faz necessária para que o município possa cada vez mais oferecer mais qualidade de vida aos seus munícipes, assumindo o planejamento estratégico lugar de destaque nesta situação, pois planejamento estratégico se constitui de ferramenta para a solução de problemas de maneira colaborativa entre as organizações municipais e a participação ampla da sociedade local.

Diante deste novo pensamento de política pública, surge a ideia de Agenda 21 como proposta de planejamento sustentável e participativo, visando aspectos econômicos, sociais e ambientais.

A proposta da Agenda 21 foi concebida originariamente na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro em 1992. A fim de alcançar os objetivos da agenda, cada cidade em cada país tinha a responsabilidade de

Caderno Meio Ambiente e Sustentabilidade - v.5, n.3 - 2014

criar um plano de ação local, em consonância com os objetivos de desenvolvimento sustentável (GRIESSE, 2007).

É considerada a mais abrangente tentativa já realizada no sentido de orientar um novo padrão de desenvolvimento para o século XXI, cujo alicerce é a sinergia da sustentabilidade ambiental, social e econômica, perpassando em todas as suas ações proposta (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2000). Saliente-se, por fim, que a expressão ‘meio ambiente’ deve ser entendida como um todo e não simplesmente as ações em prol da natureza.

O objetivo da presente pesquisa é mostrar que a Agenda 21 é uma importante ferramenta para promover o diálogo interdisciplinar e a inclusão da sociedade civil, da iniciativa privada e do cidadão num processo participativo e estratégico de busca da sustentabilidade, diante da implantação de um grande empreendimento local.

No Brasil, ainda são poucas e incipientes as experiências locais de Agendas 21 em consonância com os princípios que supostamente deveriam orientar o processo de sua elaboração, particularmente no que diz respeito às exigências da participação da sociedade (FREY, GARCIAS e ROSA, 2005).

Assim, após estabelecer as noções de Agenda 21, de planejamento estratégico, de planejamento participativo, e de políticas públicas, inicia-se estudo como se operacionalizou o processo de implementação da Agenda 21 COMPERJ 14 nos Municípios, situados na região de influência do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.

Conceitos e práticas

Expõem-se, nos itens subsequentes os conceitos de Agenda 21, de planejamento estratégico, e de planejamento participativo, os quais possuem relevância para a análise do tema proposto e do processo de implementação da Agenda 21 COMPERJ 14 nos Municípios, situados na região de influência do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, veremos também algumas ações desse processo.

Agenda 21

A Agenda 21, segundo Ribeiro (1998), é um "método prático para tornar, mas ecológica uma administração municipal, estadual ou nacional, em cada um de seus setores". Conforme o Ministério do Meio Ambiente, trata-se de um plano de ação, um processo participativo, para ser adotado nos níveis acima citados por organizações do sistema das Nações Unidas, governos e pela sociedade civil, em todas as áreas em que aconteça algum tipo de ação humana, através da preparação e implementação de um plano de ação estratégica, de longo prazo, dirigido às questões prioritárias para o desenvolvimento sustentável.

Apresentada formalmente em 1992, na Conferência das Nações Unidas para Cúpula da Terra, no Rio de Janeiro, 178 países assinaram um compromisso com o desenvolvimento sustentável, que ficou conhecido como Agenda 21. Tal documento é constituído de 40 capítulos e 115 áreas prioritárias, contendo mais 2.500 recomendações práticas que deve ser seguida pelos seus signatários. O termo "Agenda" foi concebido no sentido de que realmente se assuma o compromisso em prol de mudanças no atual modelo de civilização que vise o equilíbrio entre ambiental, econômico e social em nível global. Destaca-se ainda, que as ações locais são de fundamental importância para a mudança dos atuais paradigmas vividos pela humanidade.

A Agenda 21 Global está estruturada em quatro seções: dimensões sociais e econômicas; conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento; fortalecimento do papel dos principais grupos sociais; meios de implementação. Tem como sua maior premissa a busca do desenvolvimento sustentável, baseado na sinergia entre a sustentabilidade ambiental, social e econômica (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2000; KRANZ, 1999; FREY, GARCÍAS e ROSA, 2005).

A análise das relações entre o ambiente natural e antrópico é descrita como sendo constituído pelo homem e suas atividades (antrópico), enquanto que aquele é composto do meio físico e do meio biológico (natural) (MOTA, 1999; FREY, GARCÍAS e ROSA, 2005).

Conforme Ribeiro (1998), a Agenda 21 representa não apenas um compromisso com o meio ambiente, ao propagar a proteção da integridade dos ecossistemas, mas também um compromisso com as futuras gerações, com os pobres internos e internacionais e com a participação dos cidadãos nas decisões que os afetam.

Neste sentido, a Agenda 21 não é uma agenda exclusivamente ambiental. Além do controle da poluição e da recuperação ambiental, ela demanda um novo modelo produtivo, políticas ambientais efetivas, uma diminuição do consumo, a eliminação da pobreza e, certamente, a propagação de uma nova consciência de nossa responsabilidade para com a integridade da nossa vivência no ambiente natural, crescentemente transformado pela ação do homem. O desafio primordial da Agenda 21, como do conceito de desenvolvimento sustentável em geral, consiste em se transformar em uma idéia norteadora capaz de alcançar ressonância social e força simbólica de mobilização de forma suficiente para levar a transformações sociais e econômicas efetivas (FREY, GARCIA e ROSA, 2005).

Dentre os conceitos utilizados na Agenda 21, tem-se o de desenvolvimento sustentado, planejamento estratégico e participativo, aplicados como nova forma de política pública a ser utilizados pela administração para a consecução da sua finalidade primordial que é o bem-estar social e do cidadão de hoje e do futuro.

Entre os vários capítulos da Agenda 21 existe um específico, o de número 28, dirigido à implementação deste compromisso em âmbito local. Conforme a própria justificativa do capítulo, como muitos dos problemas e soluções tratados na Agenda 21 têm suas raízes no ambiente local, a participação e cooperação das autoridades locais será um fator determinante na realização dos objetivos por ela previsto.

Desenvolvimento sustentável

A sustentabilidade é o equilíbrio dinâmico entre muitos fatores, incluindo os princípios básicos dos componentes sociais, culturais e econômicos, implica numa equação entre demanda e necessidade e desenvolvimento.

O desenvolvimento não pode ser feito a qualquer preço. Refere-se ao desenvolvimento que leva em conta a capacidade suporte, a limitação que a tecnologia impõe sobre os mecanismos naturais em relação ao desenvolvimento da sociedade como um todo (BRAGA et al., 2002; MALHADAS, 2001; GARCIAS, 1992).

A preocupação da comunidade internacional com os limites do desenvolvimento do planeta data da década de 60, quando começaram as discussões, em forma de conferências, na maioria das vezes aprovadas e patrocinadas pela ONU (Organização das Nações Unidas). Dentre elas tem-se a Conferência sobre o Meio Ambiente em Estocolmo (1972), tendo no mesmo ano, os pesquisadores do "Clube de Roma" publicado o estudo Limites do Crescimento.

Em 1973, o canadense Maurice Strong lançou o conceito de ecodesenvolvimento. Outra contribuição à discussão veio com a Declaração de Cocoyok, das Nações Unidas. O relatório, Dag-Hammarskjöld, em 1975. No ano de 1987, a Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), presidida por Gro Harlem Brundtland e Mansour Khalid, apresentou um documento chamado Our Common Future, mais conhecido por relatório Brundtland. Cita-se, também, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992 (ECONOMIANET, 2005).

A gestão ambiental juntamente com a gestão urbana deve levar em consideração os conceitos e as exigências do desenvolvimento sustentável, onde o atendimento às necessidades e aos indicadores dos atuais cidadãos não pode comprometer as gerações futuras. Não mais se admite o desenvolvimento a qualquer preço (GARCIAS, 1992; BRAGA et al., 2002; GARCIAS, 1992).

Na tentativa de estabelecer novos sistemas econômicos conscientes da questão ambiental, destaca-se o 4º Princípio da Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Conferência, 1992), segundo o qual para alcançar o desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental deve constituir-se parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente deste (BELLIA, 1996; BRAGA et al., 2002).

A sustentabilidade é multifacetada e possui cinco dimensões integradas: social, econômica, ambiental, espacial (configuração rural e urbana) e cultural (SACHS, 1993). Em seu sentido mais amplo, a estratégia de desenvolvimento sustentável visa a promover a harmonia entre os seres humanos, a humanidade, a natureza e o desenvolvimento (GUTBERLET, GUIMARÃES, 2002; MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2000; ECONOMIANET, 2005).

Planejamento estratégico

O planejamento deve sempre ser considerado como processo de reflexão, de tomada de decisão sobre a ação, de previsão de necessidades e racionalização de emprego de meios (materiais) e recursos (humanos) disponíveis, objetivando a concretização de algo, em prazos determinados e em etapas definidas (BAFFI, 2002).

Durante este processo de planejamento analisam-se os pontos fortes e fracos existentes, bem como as oportunidades e ameaças que possam surgir no contexto de uma cidade. Com base nesta análise de "análise do ambiente" é possível formular a visão, os princípios, os macros objetivos e as questões estratégicas' (ROSA, 2005; WHEELAND, 1993).

Define-se o Planejamento Estratégico como um instrumento de gerenciamento com objetivo de tornar o trabalho de uma organização mais eficiente, tendo, basicamente, dois propósitos: concentrar e direcionar as forças existentes em uma organização para um mesmo rumo e procurar analisar o entorno da organização para adaptá-la a esse meio, objetivando atuar adequadamente aos desafios que sejam encontrados durante a operacionalização desse sistema, programado previamente com o objetivo de serem realizados em longo prazo, visando estabelecer a direção a ser seguida para se alcançar o sucesso (OLIVEIRA, 2001).

Planejamento participativo

Planejamento é a base dos métodos e instrumentos propostos pela Agenda 21, pois nele está incluída a eleição de prioridades, o estabelecimento de metas e objetivos, e a definição de estratégias e ações. O planejamento deve ser elaborado com a participação da comunidade para alcançar maior mobilização. É, portanto, um processo permanente e, bem como o processo que leva a sustentabilidade, demanda de equipes multidisciplinares ou multifuncionais mescla e une diversas áreas do conhecimento, contemplando também o domínio das funções organizacionais, demanda paciência e perseverança (GUTBERLET e GUIMARÃES, 1999, REZENDE; GARCIAS, 2004).

Participação significa ser responsável não somente pelas decisões, mas também pela execução, fiscalização e avaliação.

O modelo participativo baseia-se em práticas voltadas para resultados, participação e envolvimento para contribuir com a possibilidade de construir uma melhoria global. Participar é um ato de escolha, é um processo de aprendizagem. Quando as pessoas descobrem que podem contribuir para a construção de uma sociedade e que depende de sua vontade e de suas escolhas, a democracia pode se tornar realidade. A mobilização por parte das comunidades locais em defesa de seu espaço constitui a forma de ação que mais rapidamente vem se desenvolvendo nos últimos tempos, e talvez seja capaz de estabelecer a relação mais direta entre as preocupações imediatas das pessoas a questões mais amplas (KELLY, 1999; BORDENAVE, 1995).

O processo de participação dá oportunidades aos cidadãos para participarem da vida pública. Ao envolver os moradores e outros setores da sociedade organizada em parcerias para lidar com os desafios básicos do desenvolvimento tais como, moradia, desemprego, lixo, água e poluição, pode-se mobilizar novos recursos para a solução destes problemas e criar uma cultura mais participativa, transparente e responsável (BORDENAVE, 1995).

Uma sociedade é democrática e produtiva quando todos os que dela participam podem fazer competir organizadamente os seus interesses e projetar novos futuros. A experiência mostra que a participação não será alcançada através de leis ou apenas da boa vontade – ela precisa que o direito de construir seu próprio futuro seja universalizado (BORDENAVE, 1995; BOFF, 1993; SOUZA, 1996; SOUZA, 1997).

Ações da implementação da Agenda 21 COMPERJ

A Agenda 21 COMPERJ é uma iniciativa da Petrobras, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e com a Secretaria de Ambiente do Estado do Rio de Janeiro que tem como objetivos criar e fomentar processos de Agenda 21 Local nos 14 municípios localizados ao redor do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), que está sendo construído em Itaboraí.

A partir da participação de todos os setores da sociedade na elaboração, articulação e acompanhamento de planos de desenvolvimento sustentável para cada localidade, busca-se aprimorar as bases da governança pública participativa, do planejamento para um futuro mais sustentável e do controle social, além de conscientizar tanto o setor público quanto o privado para as questões relativas à sustentabilidade na região.

No final de 2007, foram mobilizados na região mais de 10 mil órgãos de governos, empresas, instituições do terceiro setor, associações de moradores e cidadãos, para discutir o desenvolvimento sustentável desses 14 municípios. Em 2008, foram identificadas preocupações e potencialidades para cada um deles e criadas, conjuntamente, propostas de ações públicas e privadas para minimizar problemas e preocupações e aproveitar oportunidades. O resultado das discussões, concluídas em 2010, são os Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável (PLDS), contidos nas Agendas 21 Locais - guias para a implementação de políticas públicas e para a atuação de empresas e instituições do terceiro setor (AGENDA 21 COMPERJ,2010).

Em 2011 foram oficializados, por meio de lei, os Fóruns Locais de Agenda 21 desses 14 municípios, formados por representantes dos diversos setores públicos e privados para acompanhar e articular o desenvolvimento dos Planos.

Durante toda a iniciativa, algumas estratégias foram e são fundamentais para dar suporte e visibilidade, como:

- Oficinas periódicas nos municípios com a equipe técnica do projeto para acompanhamento e capacitação contínua dos Fóruns Locais;
- Reuniões bimestrais de coordenadores dos Fóruns para fortalecimento e integração dos processos locais;

*A agenda 21 como exemplo de política participativa: estudo de caso agenda 21
COMPERJ*

- Formação de parcerias para ações dos Fóruns Locais e do projeto;
- Diálogo com iniciativas regionais como, por exemplo, o Consórcio Intermunicipal da Região Leste Fluminense (Conleste), além de atores estaduais, com o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), e federais, como o Ministério do Meio Ambiente (MMA);

Para fortalecer a representação dos diversos segmentos da sociedade, a iniciativa adotou uma divisão em quatro setores: público, privado com fins lucrativos, privados sem fins lucrativos e comunidade. A partir de interesses distintos, cada um fez uma avaliação prévia dos 40 capítulos da Agenda 21, tendo como facilitadoras/interlocutoras quatro entidades sem fins lucrativos com experiência no desenvolvimento de processos participativos, contratadas por licitação, conforme o quadro abaixo:

Tabela 1 – O quadro acima mostra a divisão dos setores, suas representações e as ongs facilitadoras do processo.

Setores	Representação	Entidade de interlocução/facilitação
Primeiro	Prefeituras, Câmaras de Vereadores, Poder Legislativo e Judiciário, órgãos e empresas públicas	Instituto Ipanema
Segundo	Empresas de capital privado, associações e federações do setor produtivo	ISER (Instituto de Estudos da Religião)
Terceiro	ONGs, sindicatos, associações de classe, clubes e fundações	RODAVIVA (Associação Projeto Roda Viva)
Comunidade	Associações de moradores e de pescadores	ASA (Associação de Serviços Ambientais)

Fonte:< www.agenda21comperj.com.br>

O trabalho de implementação e desenvolvimento das Agendas 21 Locais está dividido em seis etapas principais, que vão desde o processo de mobilização da sociedade até o fortalecimento dos processos locais das Agendas de cada município e sua integração regional.

Caderno Meio Ambiente e Sustentabilidade - v.5, n.3 - 2014

Os Fóruns Locais são hoje referências em seus municípios em sustentabilidade, meio ambiente e desenvolvimento local. Exercem papel importante na promoção da cidadania e na viabilização da gestão participativa e do controle social em seus municípios. São autônomos e se posicionam como espaços democráticos, além de se integrarem a outros coletivos. Desenvolvem diversas atividades em seus municípios, e a utilização destes espaços pelo poder público e demais setores da sociedade para discutir o município é cada vez mais crescente.

As Agendas 21 Locais são uma solução criativa para oxigenar as gestões públicas municipais.

METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia de pesquisa empregada se caracteriza em caráter exploratório, pois, visou uma maior aproximação e familiaridade com os temas abordados, através de levantamentos bibliográficos e documental de artigos, livros, publicações e periódicos que estabeleceram relação com o tema proposto, somada a experiência do autor com o que diz respeito ao assunto. O procedimento de coleta de informações necessárias à construção do raciocínio exposto foi o estudo de caso, objetivando se aprofundar os conhecimentos adquiridos, comparando o que foi levantado na revisão bibliográfica com a experiência do autor ao fato real (SANTOS, 2002).

A metodologia foi orientada através da escolha aleatória de artigos, livros e publicação de entidades ambientais, que estabelecessem alguma relação com o tema proposto para o trabalho. A seleção final dos títulos foi realizada procurando responder as propostas de mostrar a Agenda 21 como ferramenta de política participativa fundamental.

Os trabalhos consultados identificaram aspectos de política participativa, planejamento estratégicos, governança participativa, etc. Os trabalhos cujos conteúdos não atendiam plenamente a proposta do tema proposto foram descartados.

Foram feitas pesquisas também em websites de periódicos e informações referentes ao tema proposto.

CONCLUSÃO

A falência do modelo tradicional de governança pública e porque não privada, faz com que seja necessário a procura novas formas de administração que resgate o equilíbrio social e que seja economicamente viável e ambientalmente correta. Nesta perspectiva surge a possibilidade de celebração de convênios e a participação da sociedade nas decisões administrativas, enaltecendo os processos de democratização e de ampliação dos espaços públicos.

A experiência vivenciada pelos Municípios do entorno do COMPERJ com a implementação do processo da Agenda 21 se coaduna com este novo perfil de administração democrática e participativa. A Agenda 21, conforme já analisado, tem como finalidade, dentre outras, a disseminação da prática do conceito de desenvolvimento sustentável, sendo que a reformulação de políticas públicas e implementação destes processos se mostra necessária para a população, pois, além de resgatar a participação democrática na esfera pública, proporciona um planejamento que prima por melhor qualidade de vida, constituindo-se em harmonização do ser humano com o desenvolvimento.

A implementação da Agenda 21 nos municípios da região Leste Fluminense, dentro da pesquisa realizada, seguiu os conceitos e orientações doutrinárias, pois desde o início contou com a participação de entidades da sociedade civil, demonstrando, assim, um processo altamente democrático. Após, seguiu-se um planejamento estratégico, elaborando workshops temáticos e seminários, trazendo a participação popular para a indicação e eleição das ações prioritárias.

Como se sabe o planejamento estratégico é de vital importância para o êxito da implementação da Agenda 21, pois se mostra como importante ferramenta para o processo emergente da planificação complexa de uma sociedade globalizada, marcada pela pós-modernidade (SANTOS, 2001). Criou-se em cada município sua própria agenda, com suas características e problemas.

No que diz respeito à combinação de esforço público e privado para o projeto de implementação de Agenda 21 em nível local, constatou-se que nos Municípios fizeram parcerias com algumas entidades, dentre elas, cita-se as Câmaras de Dirigentes Legistas *Caderno Meio Ambiente e Sustentabilidade - v.5, n.3 - 2014*

das cidades, os Rotary Club, as Secretarias de Meio Ambiente, o Lions Club, muitas associações de moradores, dentre outras, demonstrando assim a cooperação das entidades privadas e públicas, necessárias para o sucesso do referido projeto.

Os diagnósticos elaborados pelos participantes da Agenda 21 COMPERJ compõem o retrato mais atualizado da realidade de cada município, servindo de subsídio para a revisão de Planos Diretores, bem como para a elaboração de planos estratégicos locais e regionais e de diversos outros estudos e processos educativos locais. São hoje guias para implementação de políticas públicas e investimentos privados, para atuação das organizações da sociedade civil e para os próprios cidadãos.

A participação da população é fundamental para a implementação da Agenda 21. Os métodos e instrumentos propostos na Agenda 21 dependem da efetiva participação da população. Esta participação pode ser direta (em caso de representantes em conselho, integrantes de grupos de trabalho e fóruns de discussão ou no caso dos que participam das audiências e consultas públicas) ou pode ser indireta, mediante a participação e o apoio a programas coletivos como coleta seletiva, plantio de árvores e mutirões. (GUTBERLET e GUIMARÃES, 2002).

REFERÊNCIAS

AGENDA 21 COMPERJ. **Articulação local para o desenvolvimento sustentável na região Leste Fluminense**. Resume todo o trabalho de criação e execução, das agendas 21 do Leste Fluminense.

Disponível em: <http://agenda21comperj.com.br/>. Acessado em 12 de novembro de 2014.

BAFFI, M. A. T. **O planejamento em educação: revisando conceitos para mudar concepções e práticas**. In.: BELLO, José Luiz de Paiva. *Pedagogia em Foco*. Petrópolis, 2002.

Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/fundam02.htm>>. Acesso em 10 dez. 2014.

BELLIA, V. **Introdução à economia do meio ambiente**. Brasília: IBAMA, 1996.

BOFF, L. **Ecologia, mundialização e espiritualidade**. São Paulo: Ática, 1993.
Caderno Meio Ambiente e Sustentabilidade - v.5, n.3 - 2014

BORDENAVE, J.E.D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BRAGA, B. et al. **Introdução à engenharia ambiental**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CARVALHO, H. C. **Introdução à teoria do planejamento**. São Paulo: Brasiliense, 1976.

DREW, D. **Processos interativos homem - meio ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1983.

ECONOMIANET. **Desenvolvimento sustentável: histórico**. Disponível em: < www.economiabr.net/economia/3_desenvolvimento_sustentavel.html >. Acesso em: 27 maio 2014.

FREY, K.GARCIAS, C. M.; ROSA, A. **Agenda 21 local – uma ferramenta de gestão ambiental participativa**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL. Campo Grande, 2005.

GARCIAS, C. M. **Indicadores de qualidade dos serviços e infra-estrutura urbana de saneamento**. Tese apresentada a Escola Politécnica da USP. Universidade de São Paulo, 1992.

GRIESSE, Margaret. **Responsabilidades Sociais: Práticas de Empresas Internacionais na América Latina**. Publicado na UNIMEP Press, Piracicaba, Brasil, 2007.

GUTBERLET, J e GUIMARÃES C.V.P. **Desenvolvimento sustentável e Agenda 21: guia para sociedade civil, Municípios e empresas**. Apostila 2. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, maio 2002.

KELLY, P. **O "verdejar" do ser: o movimento ambientalista**. In: CASTELLS, M. O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999, V.2, cap. 3. p.141-168.

KRANZ, P. **Pequeno guia de agenda 21**. Rio de Janeiro: Hipocampo, 1999.

MALHADAS, Z. Z. **Dupla ação: conscientização e educação ambiental para a sociedade, a agenda 21 vai à escola.** Curitiba: NIMAD, 2001.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Cidades Sustentáveis: subsídios á elaboração da agenda 21 brasileira.** Elaborado pelo Consórcio Parceria 21 - IBAM-ISER-REDEH. Brasília, 2000.

MOTA, S. **Urbanização e meio ambiente.** Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, 1999.

OLIVEIRA, D. P. R. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e praticas.** 16.ed. São Paulo, Atlas, 2001.

REZENDE, D. A.; GARCIAS, C. M. **Planejamento estratégico de empreendimentos ambientais: proposta de metodologia.** In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE ENGENHARIA AMBIENTAL, 3. 2004, Brasília. Anais... Brasília: SBEA, 2004.

RIBEIRO, M. A. **Ecologizar, pensando o ambiente humano.** Belo Horizonte: Rona Ed., 1998.

ROSA, Altair. **A Agenda 21 como Instrumento de Gestão Pública Democrática Participativa: A Experiência De Araucária.** Paraná, 2005

SANTOS, A. R. **Metodologia científica: construção do conhecimento.** 5.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente – contra o desperdício da experiência.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, J. V. T. **Novas questões sociais mundiais, projetos sociais e culturais e a planificação emancipatória.** Revista Humanas, v. 24, n.1/2, p.163-185. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

SOUZA, H. **Democracia, cinco princípios e um fim.** São Paulo: Moderna, 1996.

SOUZA, H. **Ética e cidadania.** São Paulo: Moderna, 1997.
Caderno Meio Ambiente e Sustentabilidade - v.5, n.3 - 2014

*A agenda 21 como exemplo de política participativa: estudo de caso agenda 21
COMPERJ*

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente.** São Paulo: Nobel, 1993.

WHEELAND, CM Citywide **planejamento estratégico: uma avaliação de Rock Hill.** Public Administration Review, Washington, v 53, n.. 1, p. 65-72. Janeiro / fevereiro De 1993.